



PODER

Brasil vulnerável a interferências dos EUA

Gestão Trump oficializa a classificação de PCC e CV como terroristas. Governo brasileiro considera difícil reverter a medida e avalia que decisão permitirá a autoridades americanas tomarem uma série de ações contra o país, até operação militar

» FERNANDA STRICKLAND
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O governo federal trata com cautela a decisão dos Estados Unidos, oficializada ontem, de classificar as facções criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas. Embora não tenha reagido publicamente à medida, o Palácio do Planalto avalia que o tema deverá influenciar a relação bilateral entre os dois países no longo prazo.

Nos bastidores, a análise é de que uma eventual revisão da medida pelos Estados Unidos seria difícil. A principal preocupação do governo é de que a decisão seja usada futuramente como justificativa para a adoção de novas sanções econômicas contra o Brasil ou para o aumento da pressão política por parte de Washington.

A decisão, publicada no *Diário Oficial* americano, foi assinada pelo secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio. Ele havia anunciado a classificação no dia 28 de maio.

A medida foi divulgada à revelia do governo Luiz Inácio Lula da Silva, e após pedido expresso e apoio político do pré-candidato de oposição ao Palácio do Planalto e senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). O governo brasileiro entende que a designação permitiria, no limite, que os EUA promovessem uma operação militar em território nacional.

Apesar de a designação ter sido anunciada após o encontro entre Flávio e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, os EUA já estudavam, havia meses, o enquadramento dos dois grupos e mantinham diálogo com o governo brasileiro sobre a intenção de efetivar esse plano.

Na decisão publicada no *Diário Oficial*, Rubio escreve que PCC e CV “são estrangeiros que cometeram ou tentaram cometer, representam um risco significativo de cometer, ou participaram de treinamento para cometer atos de terrorismo que ameaçam a segurança de cidadãos norte-americanos ou a segurança nacional, a política externa ou a economia dos Estados Unidos”. O secretário autoriza, sem aviso prévio, o bloqueio de bens e de fundos pertencentes a essas organizações nos EUA. O documento afirma

Mauro Pimentel/AFP



Operação de combate ao tráfico no Rio de Janeiro: os EUA estudavam, havia meses, enquadrar PCC e CV como organizações terroristas

Saiba mais

Alvos militares

O objetivo da designação de PCC e CV pelos EUA é facilitar o congelamento de ativos do narcotráfico, a investigação e o monitoramento de membros das facções, a troca de informações de inteligência, a aplicação de sanções

financeiras, o banimento de vistos e a criminalização do apoio material, com armas, dinheiro ou treinamento, entre outros.

Embora a lei americana não autorize ataques militares a partir de tal designação, é comum que organizações tachadas de terroristas sejam alvo militares dos EUA fora de seu território. A gestão Donald Trump vem sendo questionada por não pedir aval do Congresso ou do Conselho de Segurança das Nações Unidas para ataques militares. Algo

similar ocorreu na Venezuela.

Antes da operação militar em Caracas para capturar Nicolás Maduro, os EUA designaram como terroristas as facções venezuelanas Tren de Aragua e Cartel de Los Soles. O Departamento de Justiça dos EUA acusou formalmente Maduro de liderar Los Soles, mas depois recuou.

O argumento do combate ao narcotráfico foi usado pelo governo Trump para posicionar embarcações e aeronaves no Mar do Caribe. Eles bombardearam barcos de

pequeno porte acusados de transportar drogas, sem que tenham demonstrado a atividade ilegal ou violenta deles, e posteriormente serviram de base para o ataque que derubou Maduro.

Interlocutores da diplomacia citam também o risco de que o sistema financeiro brasileiro seja alvo de sanções americanas, por causa do fluxo de dinheiro do crime organizado, mesmo que bancos não tenham conhecimento da origem ilícita dos recursos.

que a designação foi adotada em concordância com a Procuradoria-Geral e o Secretária do Tesouro dos EUA.

Diante do cenário, o governo busca formas de reduzir os desgastes na relação com os EUA. Um dos movimentos será a participação de Lula na reunião da cúpula do G7, entre os dias 15 e 17 deste mês, na França. A viagem ao evento que reúne as sete maiores economias do planeta ganhou relevância

não só pela designação em relação ao PCC e ao CV como pela ameaça de tarifa de 25% sobre produtos brasileiros, anunciada nesta semana. Durante reunião ministerial, na quarta-feira, Lula afirmou que pretende defender, no G7, o multilateralismo e o fortalecimento das instituições democráticas. Existe a possibilidade de um encontro entre Lula e Trump, durante a programação na França. No entanto, o assunto não é

comentado oficialmente nem pelo Palácio do Planalto nem pelo Ministério das Relações Exteriores.

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, classificou como “equivoco” a medida tomada por Washington. “As organizações terroristas têm motivos ideológicos, religiosos, diferentes daquele do crime organizado, que, em que pese aterrorizar as pessoas, busca o lucro”,

argumentou Rodrigues, em entrevista à TV Globo. Ele disse que ainda não é possível avaliar se a decisão norte-americana impactará a cooperação entre os dois países. “Não tivemos nenhuma alteração, nenhuma interlocução que tenha sinalizado mudança imediata nessa cooperação. Precisamos aguardar para saber qual será a política dos Estados Unidos e se é caso de haver alterações”, destacou.

CASO MASTER

Vorcaro pode ir para lista da Interpol

A Operação Compliance Zero estuda pedir a inclusão de Daniel Vorcaro na difusão prateada da Interpol para identificar e até mesmo bloquear remessas de ativos do ex-dono do Banco Master para fora do país. A informação foi revelada pelo jornal *O Globo*.

Vorcaro é o alvo principal da Operação Compliance Zero, que investiga fraudes bilionárias do Banco Master. A difusão prateada foi implantada no organograma da Interpol — polícia que mantém ligações com forças de segurança em todo o mundo — com o fim específico de alcançar dinheiro ilícito.

A estratégia da PF — desde que a Procuradoria-Geral da República (PGR) concorde com a medida e que haja anuência do Supremo Tribunal Federal (STF), além do endosso das autoridades americanas — é seguir o caminho de valores que Vorcaro enviou aos Estados Unidos e que também podem ter sido usados para financiamento do filme *Dark Horse*,

sobre a trajetória do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Vorcaro teria remetido para um fundo dos Estados Unidos cerca de R\$ 60 milhões para essa finalidade. O fundo é controlado por um advogado que mantém ligações com Eduardo Bolsonaro, que mora em território americano.

Vorcaro negocia há cerca de três meses os termos de uma delação premiada na Operação Compliance Zero. A primeira tentativa acabou frustrada. As informações são de que ele continua resistindo a endurecer sua proposta. A advogados de seu relacionamento, o ex-banqueiro tem dito que fez repasses a políticos por “amizade”, sem exigir contrapartidas.

Nas remessas aos EUA para bancar *Dark Horse*, o ex-dono do Master teve como intermediário o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência da República.

O diretor-geral da Polícia Federal,

Arquivo pessoal



PF estuda pedir a inclusão de Vorcaro na “difusão prateada” da Interpol para rastrear dinheiro no exterior

delegado Andrei Rodrigues, avalia ser importante instaurar um inquérito exclusivo para identificar se o dinheiro enviado por Vorcaro aos Estados Unidos, de fato, foi usado também para custear o filme sobre Bolsonaro.

A inclusão de Vorcaro na difusão prateada da Interpol depende, ainda, de uma manifestação da Procuradoria-Geral da República e de decisão do STF sobre qual ministro ficará responsável por essa medida.

O caso pode ficar com André Mendonça, que é o relator da Compliance Zero, ou com Alexandre de Moraes, relator das investigações que envolvem o deputado cassado Eduardo Bolsonaro, filho do ex-presidente.

» Nunes Marques segue na relatoria

O presidente do STF, Edson Fachin, negou pedido de suspeição apresentado por senadores contra o ministro Nunes Marques, relator do mandado de segurança que trata da CPI do Master. Nunes Marques foi escolhido, por sorteio, para julgar o mandado. Parlamentares alegaram que ele é amigo do senador Ciro Nogueira (PP), um dos investigados. Fachin destacou a iniciativa como “incabível” por ter sido apresentada fora do prazo regimental. O Regimento Interno do STF estabelece prazo de cinco dias após a distribuição do processo para indicar suspeição do relator, mas o pedido foi apresentado mais de um mês depois. A abertura da CPI do Master é uma demanda de parlamentares, ignorada por Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), presidente do Senado e quem decide se lê ou não requerimento que pede a instalação.